



# Diário Oficial

## DO MUNICÍPIO DE URUOCA-CE



Governo Municipal de Uruoca  
www.uruoca.ce.gov.br

DOE-UR • Ano I | Nº 101 | Uruoca - Ceará | 09 páginas  
Publicação: Sexta-feira, 16 de junho de 2017 | Circulação: Sexta-feira, 16 de junho de 2017

**Prefeito: Francisco Kilssem Pessoa Aquino • Vice-Prefeita: Maria das Graças Fernandes Moreira**

**Assessor Especial do Prefeito:** Clerton Anacleto Rodrigues Diogo • **Secretária de Gestão Pública:** Maria Sheila Sousa de Andrade • **Secretária de Ouvidoria, Comunicação, Transparência e das Relações Institucionais:** Maria Aldebiza Silveira Carneiro • **Secretário da Educação:** Paulo Ricardo Souza da Silva • **Secretária da Saúde:** Silvania dos Santos Queiroz • **Secretária do Desenvolvimento Social, Trabalho, Empreendedorismo e Renda:** Benedita Pereira de Oliveira • **Secretário de Obras Públicas, Urbanismo e dos Serviços Públicos:** Renan Rocha Aquino • **Secretário de Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos:** Antônio Eraldo Batista Lima • **Secretário da Cultura, Turismo, Esporte, Juventude e do Desporto:** Orlando Lima Fernandes.

### SUMÁRIO

PODER EXECUTIVO .....	01
PODER LEGISLATIVO .....	09
PUBLICAÇÕES DIVERSAS .....	09

## PODER EXECUTIVO

### GABINETE DO PREFEITO

### PORTARIAS

#### PORTARIA Nº 234 /2017, DE 14 DE JUNHO DE 2017.

*Exonerar Comissão Coordenadora para o monitoramento contínuo e avaliação periódica do plano Municipal de Educação e dá Plano outras providências*

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUOCA, no uso de suas atribuições legais e considerando a lei nº 10.003 de 24 de junho de 2014 (PNE) e a Lei nº 164/2015 de 18 de junho de 2015 (PME).

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a Comissão Coordenadora para o monitoramento contínuo e avaliação periódica do Plano Municipal de Educação.

Art. 2º - A referida Comissão será responsável pelo processo de monitoramento e a avaliação do Plano municipal de Educação, conforme o plano Nacional de Educação (PNE) em vigência.

Art. 3º - O processo de monitoramento e avaliação do plano Municipal de Educação aponta para a necessidade do monitoramento contínuo e das avaliações periódicas, com envolvimento das instâncias responsáveis e a devida mobilização social.

Art. 4º - A Comissão Coordenadora para o monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação (PME) será integrada,

inicialmente, pelos seguintes Órgãos e Instituições, e com seus respectivos representantes, sob a coordenação do primeiro. Para cada órgão ou entidade, será indicado um membro titular e um suplente.

#### REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Titular: Fabiana soares Cunha Barbosa – CPF: 996.622.993-00  
Suplente: Antonio Cligeo Fernandes Sales – CPF: 805.199.893-68

Titular: Tuanny da Silveira Carneiro Leal – CPF: 659.275.833-34  
Suplente: Benedita Jocilânia Filha da Silva – CPF: 692.328.223-34

#### REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Titular: Márcia Idalino dos Santos – CPF: 546.122.333-87  
Suplente: Francisca Valdinélia de Araújo Aguiar Medeiros – CPF: 835.364.503-34

Titular: Emilta Fernandes Caetano – CPF: 974.293.173-91  
Suplente: Jocileida Rocha dos Santos – CPF: 002.836.053-24

Art. 5º - São atribuições desta Comissão:

- I – Sensibilizar a Sociedade da necessidade do monitoramento e avaliação do Plano Municipal da Educação.
- II – Realizar a análise técnica e aprovação do Relatório Anual de monitoramento enviado pela Secretária Municipal da Educação.
- III – Arquivar o Relatório de monitoramento aprovado anualmente para que seja utilizado no ciclo de avaliação.
- IV – Validar o documento Avaliação do Plano Municipal de Educação – *Versão Preliminar*.
- V – Organizar o processo de Consulta pública para avaliação do



GOVERNO MUNICIPAL DE URUOCA

Prefeito: Francisco Kilssem Pessoa Aquino

Rua João Rodrigues, Nº 173, Centro,

Uruoca-CE • CEP: 62460-000

CNPJ: 07.667.926/0001-84

(88) 36481078 [www.uruoca.ce.gov.br](http://www.uruoca.ce.gov.br)



Plano Municipal da Educação.

VI – Sistematizar sugestões recebidas durante a Consulta Pública.

VII – Encaminhar oficialmente à Secretaria Municipal da Educação, o documento Avaliação Municipal da Educação – *Versão Final*.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada às disposições em contrário.

**FRANCISCO KILSEM PESSOA AQUINO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**PORTARIA Nº 235 /2017, DE 14 DE JUNHO DE 2017.**

*Nomear Comissão Coordenadora para o monitoramento contínuo e avaliação periódica do plano Municipal de Educação e dá Plano outras providências*

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUOCA, no uso de suas atribuições legais e considerando a lei nº 10.003 de 24 de junho de 2014 (PNE) e a Lei nº 164/2015 de 18 de junho de 2015 (PME).

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Comissão Coordenadora para o monitoramento contínuo e avaliação periódica do Plano Municipal de Educação.

Art. 2º - A referida Comissão será responsável pelo processo de monitoramento e a avaliação do Plano municipal de Educação, conforme o plano Nacional de Educação (PNE) em vigência.

Art. 3º - O processo de monitoramento e avaliação do plano Municipal de Educação aponta para a necessidade do monitoramento contínuo e das avaliações periódicas, com envolvimento das instâncias responsáveis e a devida mobilização social.

Art. 4º - A Comissão Coordenadora para o monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação (PME) será integrada, inicialmente, pelos seguintes Órgãos e Instituições, e com seus respectivos representantes, sob a coordenação do primeiro. Para cada órgão ou entidade, será indicado um membro titular e um suplente.

**REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO**

Titular: Fabiana soares Cunha Barbosa – CPF: 996.622.993-00

Suplente: Antonio Cligeo Fernandes Sales – CPF: 805.199.893-68

Titular: Tuanny da Silveira Carneiro Leal – CPF: 659.275.833-34

Suplente: Benedita Jocilânia Filha da Silva – CPF: 692.328.223-34

**REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO**

Titular: Márcia Idalino dos Santos – CPF: 546.122.333-87

Suplente: Jander Carlos Ferreira Teotônio – CPF: 924.480.543-04

Titular: Emilta Fernandes Caetano – CPF: 974.293.173-91

Suplente: Jocileida Rocha dos Santos – CPF: 002.836.053-24

Art. 5º - São atribuições desta Comissão:

I – Sensibilizar a Sociedade da necessidade do monitoramento e avaliação do Plano Municipal da Educação.

II – Realizar a análise técnica e aprovação do Relatório Anual de monitoramento enviado pela Secretária Municipal da Educação.

III – Arquivar o Relatório de monitoramento aprovado anualmente para que seja utilizado no ciclo de avaliação.

IV – Validar o documento Avaliação do Plano Municipal de Educação – *Versão Preliminar*.

V – Organizar o processo de Consulta pública para avaliação do Plano Municipal da Educação.

VI – Sistematizar sugestões recebidas durante a Consulta Pública.

VII – Encaminhar oficialmente à Secretaria Municipal da Educação, o documento Avaliação Municipal da Educação – *Versão Final*.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada às disposições em contrário.

**FRANCISCO KILSEM PESSOA AQUINO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**PORTARIA Nº 236/2017, DE 14 DE JUNHO DE 2017**

*Dispõe sobre a revogação da Comissão Processante criada pela Portaria nº. 214/2017, de 24 de maio de 2017 e a criação de nova Comissão Processante para apurar a responsabilidade de servidor pela suposta infração praticada.*

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE URUOCA, Estado do Ceará, no uso das atribuições conferidas no inciso III e VI do art. 82 da Lei Orgânica do Município de Uruoca, bem como no art. 153, da Lei Municipal nº. 217/98,

CONSIDERANDO a instauração do processo administrativo disciplinar nº. Portaria nº. 214/2017, de 24 de maio de 2017;

CONSIDERANDO, o requerimento de nº. 0100906-2017, protocolado no Protocolo Central deste Município, do qual a servidora requestou a suspeição para integrar e presidir a Comissão Processantes por motivos de ordem pessoal;

CONSIDERANDO a necessidade de apurar responsabilidades do servidor por infração disciplinar praticada no exercício de suas atribuições, bem conferir prosseguimento a instauração do processo administrativo disciplinar nº. 051704.02-2017, instaurado pela Portaria nº. 214/2017, de 24 de maio de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Comissão Processante criada por meio do art. 2º, da Portaria nº. 214/2017, de 24 de maio de 2017.

Art. 2º Para dar cumprimento ao disposto na Portaria nº. 214/2017, de 24 de maio de 2017, fica criada nova Comissão Processante que será composta pelos seguintes servidores públicos municipais:

JOÃO CARLOS SOUZA DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, servidor público municipal matriculado sob o nº 131488-2, portador do CPF/CE nº. 046.017.753-29 e da Carteira de identidade nº 2001098053735/SSPCE, residente e domiciliado na Rua: Av. Valdemar Rocha, Uruoca/CE, QUE PRESIDIRÁ e se destinará para elaborar o relatório final, conforme dispõe o art. 168, Lei Municipal nº 217/98;

RAIMUNDO NONATO ARAÚJO RIBEIRO, brasileiro, solteiro, servidor público municipal matriculada sob o nº 131483-1, portador do CPF/CE nº 020.195.703-51 e Carteira de identidade nº 2001098058729, residente e domiciliado na Rua Feitor Manoel Pereira, Uruoca/CE.

ADRIANA RODRIGUES DIAS DAS CHAGAS FRANKLIN, brasileira, casada, servidor público municipal matriculado sob o nº 130713-4, portador do CPF nº 008.670.883-03 e da Carteira de identidade nº 2001098053050/SSPCE, residente e domiciliado na Rua Assunção, nº 451, Alecrim, Uruoca/CE.





Art. 3º A Comissão Processante terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 4º A referida comissão deverá iniciar os trabalhos em caráter de urgência em observância ao decurso do prazo estabelecido na Portaria nº. 214/2017, de 24 de maio de 2017, e assim, concluir a apuração dos fatos, mediante relatório, dando ciência, ao final, a Chefia do Executivo Municipal.

Art. 5º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o art. 2º, da Portaria nº. 214/2017, de 24 de maio de 2017, bem como todos os atos realizados pela Comissão Processante designada anteriormente.

Uruoca, Ceará, em 14 de junho de 2017; Edifício Chico Eudes e 60º anos de Emancipação Política.

**FRANCISCO KILSEM PESSOA AQUINO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

## LEIS

### LEI Nº 213/2017, DE 13 DE JUNHO DE 2017.

*Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária anual para o exercício financeiro de 2018 e dá outras providências.*

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE URUOCA, no uso de suas atribuições legais, especialmente estabelecidas nos incisos II e V, art. 82, da Lei Orgânica do Município de Uruoca.

Faço saber que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

#### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Orçamento do Município de Uruoca, relativo ao exercício de 2018, será elaborado e executado segundo as diretrizes gerais estabelecidas nos termos da presente Lei, em cumprimento ao disposto no § 2º, do art. 165, da Constituição Federal, art. 4º da Lei Complementar Federal nº. 101, de 04 de maio de 2000 e Portaria nº 03/2008 da Secretaria do Tesouro Nacional, compreendendo:

- I. As prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
- II. A estrutura e organização dos orçamentos;
- III. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias destinadas ao Poder Legislativo, compreendidas os créditos adicionais;
- IV. As diretrizes gerais para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V. As disposições sobre receitas públicas municipais e alterações na legislação tributária;
- VI. As disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VII. As disposições sobre a dívida pública municipal;
- VIII. As metas e riscos fiscais;
- IX. As disposições finais.

#### CAPÍTULO I

#### PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As metas e prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2019 serão as especificadas no anexo

de metas físicas que é parte integrante desta Lei, as quais terão precedência de recursos na Lei Orçamentária Anual, mas não se constituem em limite à programação das despesas.

§ 1º As metas e prioridades constantes no anexo de que trata este artigo possui caráter apenas indicativo e não normativo, devendo servir de referência para o processo de planejamento municipal, podendo a Lei Orçamentária Anual atualizá-las.

§ 2º Na elaboração da proposta orçamentária para 2018, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas de acordo com a identificação constante do PPA, que será elaborado e aprovado em tempo hábil, para os exercícios 2018 a 2021, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

#### CAPÍTULO II

#### ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º A Lei Orçamentária Anual do Município de Uruoca para o exercício financeiro de 2019, tanto em sua elaboração quanto em sua execução, assegurará os princípios da justiça social, do controle social e da transparência, observando o seguinte:

I. O princípio da justiça social implica assegurar, na elaboração e na execução do orçamento, projetos e atividades que possam reduzir as desigualdades entre indivíduos e regiões do Município, bem como combater a exclusão social;

II. O princípio de controle social implica assegurar a todos os cidadãos a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento;

III. O princípio da transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização de meios disponíveis para garantir o acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 4º Para efeito desta Lei entende-se por:

- I. Função: o maior nível de agregação das diversas áreas de despesas que competem ao setor público;
- II. Subfunção: uma partição da função que visa agregar determinado subconjunto da despesa do setor público;
- III. Programa: o instrumento de organização da atuação governamental visando à realização dos objetivos pretendidos, sendo definido por indicadores estabelecidos no plano plurianual;
- IV. Atividade: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de maneira contínua e permanente, resultando em um produto necessário à manutenção da ação de governo;
- V. Projeto: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resultam um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação governamental;
- VI. Operação especial: despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo das quais não resultam um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

Art. 5º A Mensagem do Poder Executivo que encaminhará o projeto de lei orçamentária à Câmara Municipal, no prazo previsto no art. 42, § 5º, da Constituição Estadual, será composta de:

- I. texto da lei;
- II. quadros orçamentários consolidados e anexos dos orçamentos: fiscal e da seguridade social;
- III. demonstrativo de previsão do Resultado Primário;
- IV. discriminação da legislação da receita referente aos orçamentos fiscal e da seguridade social.

Parágrafo único. Integrarão os anexos e quadros orçamentários consolidados a que se refere este artigo, os exigidos pela Lei nº







4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 6º O orçamento fiscal, incluídos os de autarquias, fundações e fundos com contabilidade descentralizada, quando houver, discriminará a despesa em conformidade com a Lei Federal nº 4.320/64, a Portaria nº 42/99, do Ministério do Orçamento e Gestão, a Portaria Interministerial nº. 163/01, e suas alterações posteriores, Portaria nº 03/2008, da Secretaria do Tesouro Nacional e Instruções normativas do Tribunal de Contas dos Municípios, pertinentes à matéria.

1º Os programas, classificadores da ação governamental, pelos quais os objetivos da administração se expressam, serão aqueles constantes do Plano Plurianual 2018 a 2021.

§ 2º Na indicação do grupo de despesa, a que se refere o *caput* deste artigo, será obedecida a seguinte classificação, de acordo com a Portaria Interministerial nº. 163/01, da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal, e suas alterações posteriores:

- I. Pessoal e Encargos Sociais - 1;
- II. Juros e Encargos da Dívida - 2;
- III. Outras despesas correntes - 3;
- IV. Investimentos - 4;
- V. Inversões Financeiras - 5;
- VI. Amortizações da Dívida - 6.

### **CAPÍTULO III DOS RECURSOS CORRESPONDENTES ÀS DOTAÇÕES DESTINADAS AO PODER LEGISLATIVO, COMPREENDIDAS OS CRÉDITOS ADICIONAIS.**

Art. 7º Para fins do disposto neste capítulo, o Poder Legislativo Municipal encaminhará ao Poder Executivo até 30 (trinta) dias do prazo previsto no § 5º, art. 42, da Constituição Estadual, sua respectiva proposta orçamentária, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentário anual, observada as disposições constantes desta lei.

Art. 8º O Poder Legislativo do Município terá como limite de despesas em 2018, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, a aplicação do percentual definido pelo art. 29-A da Constituição Federal, alterado pela emenda constitucional nº 58 de 23/09/2009, que será calculado sobre a receita tributária e de transferências do Município, auferidas em 2017, acrescidas dos valores relativos aos inativos e pensionistas, se houver.

§1º Para efeitos do cálculo a que se refere o *caput* deste artigo, considerar-se-á a receita efetivamente arrecadada até o último mês anterior ao do encerramento do prazo para a entrega da proposta orçamentária do Legislativo, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

§2º Ao término do exercício será levantada a receita efetivamente arrecadada para fins de repasse ao Legislativo, ficando estabelecidas as seguintes alternativas em relação à base de cálculo utilizada para a elaboração do orçamento:

- I. caso a receita efetivamente realizada situe-se em patamares inferiores aos previstos, o Legislativo indicará as dotações a serem contingenciadas ou utilizadas para a abertura de créditos adicionais no Poder Executivo;
- II. caso a receita efetivamente realizada se situe em patamares superiores aos previstos, prevalecerá como limite o valor fixado no seu orçamento pelo Poder Legislativo.
- III. o Poder Executivo poderá suplementar através de abertura de crédito adicional, a diferença entre fixação orçamentária e a apuração de que trata o parágrafo segundo deste artigo.

Art. 9º Para os efeitos do art. 168, da Constituição da República, os recursos correspondentes às dotações orçamentárias da Câmara Municipal, inclusive os oriundos de créditos adicionais, serão entregues até o dia 20 de cada mês, de acordo com o cronograma de desembolso a ser elaborado pelo Poder Executivo, observados os limites anuais sobre a receita tributária e de transferências de que trata o art. 29-A e EC 58, efetivamente arrecadada no exercício de 2017, ou, sendo esse valor superior ao orçamento do Legislativo, o limite de seus créditos orçamentários.

Art. 10 A Execução orçamentária do Legislativo será independente, devendo a Câmara Municipal enviar bimestralmente ao Poder Executivo, até o dia 20 do mês subsequente, a demonstração da execução orçamentária e contábil do bimestre anterior para fins de integração à contabilidade geral do Município, por meio da consolidação, objetivando informar no REO a ser publicado bimestralmente conforme determina a LRF.

### **CAPÍTULO IV DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES**

#### **SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 11 A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária para 2018 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como levar em conta a obtenção dos resultados fiscais previstos na Lei Complementar nº. 101/2000 - LRF, visando ao equilíbrio orçamentário-financeiro.

Parágrafo único. Para atender ao art. 8º da LRF, os Poderes Legislativo e Executivo deverão elaborar e publicar, até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária votada e sancionada para 2018, programação financeira e o cronograma de desembolso, observando, em relação às despesas constantes no mesmo, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

Art. 12 O Orçamento do Município para o exercício de 2018 será elaborado visando garantir a gestão fiscal equilibrada dos recursos públicos e a viabilização da capacidade própria de investimentos.

Art. 13 A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual, serão elaboradas a preços vigentes em julho de 2017.

Art. 14 O Município poderá conceder ajuda financeira, prevista na Lei Orçamentária Anual, a título de subvenções sociais, a Conselhos, a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham as seguintes condições:

- I. sejam de atendimento direto ao público, em funções compatíveis com as de responsabilidade do Município;
- II. sejam associações, organizações não governamentais, organizações da sociedade civil de interesse público e/ou organizações sociais;

Parágrafo único. Os repasses de recursos serão efetivados através de convênios, conforme determina o art. 116 da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, a exigência do art. 26 da Lei Complementar Federal nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 15 O Município poderá transferir recursos financeiros, na forma de contribuições, para entidades privadas com ou sem fins





lucrativos, através de convênio ou instrumentos afins, conforme art. 26 da Lei Complementar Federal nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 16 A Lei Orçamentária Anual autorizará o Poder Executivo, nos termos da Constituição Federal, a:

I. suplementar as dotações orçamentárias de atividades, projetos, e operações especiais, até o limite de 60% (sessenta por cento) do total da Receita Prevista para o exercício de 2018, utilizando-se como fonte de recurso, os definidos no parágrafo 1º, art. 43, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964;

II. transpor, remanejar ou transferir recurso, dentro de uma mesma categoria de programação, nos termos do inciso VI, art. 167, da Constituição Federal.

§ 1º A suplementação prevista no inciso I deste artigo destina-se a cobrir insuficiência de saldo de projetos, atividades e/ou operações especiais que necessitem de reforço orçamentário.

§ 2º A suplementação orçamentária através do recurso previsto no inciso II, § 1º, art. 43 da Lei 4.320/64, poderá ser realizada até o total do montante do excesso de arrecadação apurado.

§ 3º O excesso de arrecadação provocado pelo recebimento de recursos de convênios não previstos no orçamento, ou previsto a menor, poderão ser utilizados como fontes para abertura de créditos adicionais especiais ou suplementares, por ato do Executivo Municipal, prevista na Lei Orçamentária para o ano de 2018.

§ 4º A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um elemento econômico para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operação especial, não compreenderá o limite previsto no art. 16, inciso I desta Lei.

Art. 17 A Lei Orçamentária Anual conterà dotação para Reserva de Contingência, no valor equivalente a, no mínimo, 0,5% (meio por cento) da receita corrente líquida prevista para o ano de 2019, que poderá ser utilizada como recurso para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, correspondentes a despesas com pessoal, encargos e pagamento da dívida, além de outras despesas.

Art. 18 As alterações do Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD – nos níveis de modalidade de aplicação, elemento de despesa e fonte de recurso, observado os mesmos grupos de despesas, categoria econômica, projeto/atividade/operação especial e unidade orçamentária, poderão ser realizados para atender às necessidades de execução.

Art. 19 A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, já devidamente autorizados por lei, conforme o disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivada por Decreto do Poder Executivo.

## SEÇÃO II

### DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO FISCAL

Art. 20 O orçamento fiscal estimará as receitas efetivas e potenciais de recolhimento e fixará as despesas dos Poderes Legislativo e Executivo, respectivamente, de modo a evidenciar as políticas e programas do governo, respeitados os princípios da unidade, da universalidade, da anualidade e da exclusividade.

Art. 21 Na estimativa da receita e na fixação da despesa do orçamento fiscal para o exercício de 2018 serão considerados:

I. os fatores conjunturais que possam vir a influenciar a produtividade;

II. o aumento ou a diminuição dos serviços prestados e a tendência do exercício; e,

III. as alterações tributárias, conforme disposições constantes nesta lei.

## SEÇÃO III

### DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. 22 O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, e contará, dentre outros, com os recursos provenientes:

I. das receitas diretamente arrecadadas pelas entidades que integram exclusivamente o orçamento de que trata esta seção;

II. de transferência de contribuição do Município;

III. de transferências constitucionais e legais;

IV. de transferências de convênios.

## CAPÍTULO V

### DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA PÚBLICA MUNICIPAL E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 23 As receitas abrangerão a receita tributária, a receita patrimonial, as diversas receitas admitidas em lei e as parcelas transferidas pela União e pelo Estado, nos termos da Constituição Federal, e de acordo com a classificação definida pela Portaria Interministerial STNSOF nº 163, de 04 de maio de 2001 e suas alterações, Portaria STN 350 de 18/06/2010.

Parágrafo único. As receitas previstas para o exercício de 2018 serão calculadas acrescidas do índice inflacionário previsto nos últimos doze meses, mais a tendência e comportamento da arrecadação municipal mês a mês e a expectativa de crescimento vegetativo, além da média ponderada dos últimos três exercícios financeiros, tendo por base o mês de julho.

Art. 24 A estimativa da receita que constará da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2019 contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão da base de tributação e conseqüentemente aumento de receitas próprias.

Art. 25 A estimativa de receita citada no artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:

I. revisão e atualização do Código Tributário Municipal;

II. revisão das isenções de impostos, taxas, incentivos fiscais e outras fontes de renúncia de receitas, aperfeiçoando seus critérios;

III. compatibilização dos valores das taxas aos custos efetivos dos serviços prestados pelo Município, de forma a assegurar sua eficiência;

IV. instituição de taxas para serviços de interesse da comunidade e de que as necessite como fonte de custeio;

§ 1º Ocorrendo alterações na legislação tributária posteriores ao encaminhamento da Proposta Orçamentária Anual à Câmara Municipal, que impliquem aumento de arrecadação em relação à estimativa de receita constante da referida lei, os recursos adicionais serão objeto de projeto de lei para abertura de crédito adicional no decorrer do exercício financeiro de 2018.

§ 2º Com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico e cultural do Município, o Poder Executivo poderá encaminhar projetos de lei de incentivos ou benefícios de natureza tributária, cuja renúncia de receita poderá alcançar os montantes





dimensionados no Anexo de Metas Fiscais, já considerados no cálculo do resultado primário.

Art. 26 Os tributos municipais poderão sofrer alterações em decorrência de mudanças na legislação nacional sobre a matéria ou ainda em razão de interesse público relevante.

Art. 27 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos na Dívida Ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no § 3º do art. 14 da LRF.

Art. 28 Caso haja a necessidade de concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, esta deverá ser demonstrada juntamente com a estimativa do impacto orçamentário-financeiro para o ano de 2018 e os dois exercícios seguintes.

§ 1º As situações previstas no *caput* deste artigo para a concessão de renúncia de receita deverão atender a uma das seguintes condições:

I. demonstração pelo Poder Executivo Municipal de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da Lei Orçamentária Anual, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas pelo Município;

II. estar acompanhada de medidas de compensação no ano de 2018 e nos dois seguintes, por meio de aumento de receita, proveniente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributos e contribuições.

§ 2º A renúncia de receita prevista no parágrafo anterior compreende a anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

#### **CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

Art. 29 Os Poderes Executivo e Legislativo, na elaboração de suas propostas orçamentárias, terão como limites para fixação da despesa com pessoal e encargos sociais a folha de pagamento do mês de julho de 2017, projetada para o exercício, considerando os eventuais acréscimos legais, alterações de planos de carreiras e admissões para preenchimento de cargos, sem prejuízo do disposto nos arts. 18 e 19 da LRF.

Art. 30 A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, inclusive reajustes, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos Poderes Executivo e Legislativo, somente serão admitidos:

I. se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas com pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II. se observados os limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 da LRF; e,

III. se observada a margem de expansão das despesas de caráter continuado.

Art. 31 Atendidos os requisitos legais, os Poderes Executivo e Legislativo poderão, ainda:

I. reestruturar o quadro de pessoal, com criação, extinção ou transformação de cargos, empregos e funções;

II. realizar concursos públicos e testes seletivos, visando à admissão, quando necessário, de pessoal para a adequação da prestação do serviço público;

III. conceder reajustes salariais e abonos financeiros, visando à recomposição de perdas salariais dos respectivos servidores.

Art. 32 Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, o percentual excedente deverá ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro.

Parágrafo único. Para o cumprimento dos limites estabelecidos no *caput* deste artigo, o Poder Executivo adotará as seguintes providências, pela ordem:

I. redução das horas-extras realizadas pelos servidores municipais;

II. redução do número de estagiários contratados;

III. redução em, pelo menos, vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança, seja pela extinção de cargos e funções ou pela redução de valores a eles atribuídos;

IV. exoneração dos servidores não estáveis;

V. exoneração de servidor estável, desde que ato normativo especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal.

#### **CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 33 A Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2018 poderá conter autorização para contratação de Operação de Crédito para atendimento à despesa de Capital, observado o limite de endividamento apurado até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, conforme exigências constantes nos arts. 30, 31 e 32 da LRF.

Art. 34 A contratação de Operações de Crédito dependerá de autorização legislativa em lei específica, consoante o art. 32 da LRF.

Art. 35 Ultrapassado o limite de endividamento definido no art. 40 da citada lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações restringidas nesta lei.

#### **CAPÍTULO VIII DAS METAS E RISCOS FISCAIS**

Art. 36 É parte integrante desta Lei, o Anexo de Metas Fiscais, onde estão estabelecidas as metas anuais, em valores constantes e correntes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública para o exercício de 2018 e os dois seguintes.

§ 1º O Anexo de metas fiscais será composto pelos demonstrativos definidos pela Portaria STN nº 03/2008.

§ 2º Integra também esta Lei o Anexo de Riscos Fiscais, onde são avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas municipais, onde acompanha o demonstrativo de Riscos e Providências definido pela Portaria STN nº 586, de 29 de agosto de 2005, e suas alterações posteriores.

#### **CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 37 Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção do Prefeito Municipal até 30 de dezembro de 2017, fica







autorizada a execução da proposta orçamentária em cada mês, até o limite de 1/12 de cada dotação, na forma da proposta remetida à Câmara Municipal, enquanto a respectiva lei não for sancionada.

§ 1º A utilização dos recursos autorizados neste artigo será considerada como antecipação de Créditos à conta da Lei Orçamentária Anual.

§ 2º Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude de emendas apresentadas ao projeto de lei de orçamento na Câmara Municipal e do procedimento previsto neste artigo serão reajustados por Decreto do Poder Executivo Municipal, após sanção da Lei Orçamentária, por intermédio da abertura de créditos suplementares ou especiais, mediante remanejamento de dotações orçamentárias.

§ 3º Não se incluem no limite previsto no *caput* deste artigo, podendo serem movimentadas sem restrições, as dotações para atender despesas com:

- I. pessoal e encargos sociais;
- II. serviços da dívida;
- III. pagamento de compromissos correntes nas áreas de saúde, educação e assistência social;
- IV. categorias de programação cujos recursos sejam provenientes de operações de crédito ou de transferências Voluntárias da União e do Estado;
- V. categorias de programação cujos recursos correspondam à contrapartida do Município em relação àqueles recursos previstos no inciso anterior.

Art. 38 A lei orçamentária anual poderá conter transferências de recursos para custeio de despesas de outros Entes da Federação, desde que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos constantes do art. 62 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, especificamente para fazer convênios com a polícia civil e militar, com o poder judiciário e outros órgãos instalados neste Município.

Art. 39 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Uruoca, Ceará, em 13 de junho de 2017; Edifício Chico Eudes e 60 anos de Emancipação Política.

**FRANCISCO KILSEM PESSOA AQUINO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**LEI Nº 214/2017, DE 13 DE JUNHO DE 2017.**

*Autoriza o Poder Público Municipal a conceder cessão servidores públicos municipais a outros órgãos públicos municipais, estaduais e federais e dá outras providências.*

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE URUOCA, no uso de suas atribuições legais, especialmente estabelecidas nos incisos II e V, art. 82, da Lei Orgânica do Município de Uruoca.

Faço saber que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Público Municipal a conceder cessão de servidores públicos municipais a outros órgãos públicos municipais, estaduais e federais.

Art. 2º O Chefe do Poder Executivo poderá editar Decreto regulamentando a presente lei.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação,



**GOVERNO MUNICIPAL DE URUOCA • Rua João Rodrigues, Nº 173, Centro, Uruoca-CE •**  
**CEP: 62460-000 • Telefone (88) 36481078 • www.uruoca.ce.gov.br**

revogadas as disposições em contrário.

Uruoca, Ceará, em 13 de junho de 2017; Edifício Chico Eudes e 60º anos de Emancipação Política.

**FRANCISCO KILSEM PESSOA AQUINO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**DECRETOS**

**DECRETO Nº 025/2017, DE 14 DE JUNHO DE 2017.**

*Dispõe sobre feriado municipal no dia 15 de junho em alusão ao feriado nacional de Corpus Christi e ponto facultativo no dia 16 de junho de 2017 e dá outras providências.*

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUOCA, Estado do Ceará, no uso das suas atribuições conferidas pela Constituição da República Federativa do Brasil e pela Lei Orgânica do Município de Uruoca,

CONSIDERANDO o feriado nacional de *Corpus Christi*, evento baseado em tradições católicas e culturais do nosso país;

CONSIDERANDO, o princípio da continuidade dos serviços públicos, previsto na Lei Federal nº. 8.987/95, de 13 de fevereiro de 1995;

DECRETA:

Art. 1º Fica Decretado, em consonância com a União e o Estado do Ceará, Feriado Municipal, no âmbito da Administração Pública Municipal, no dia 15 de junho de 2017, em respeito ao Feriado Nacional de *Corpus Christi*, evento católico para a adoração do Corpo e Sangue de Cristo.

Art. 2º Fica Decretado Ponto Facultativo no dia 16 de junho de 2017, tendo em vista à necessidade de dar supedâneo ao seguimento nos serviços públicos prestados por este Município.

Art. 3º Os Órgãos de serviços considerados essenciais deverão manter um regime de plantão ou escala de revezamento, para seu funcionamento ininterrupto, ficando delegada a competência a cada Secretário (a) Municipal estabelecer o regime das repartições de sua gestão, do qual se responsabilizará quando da paralisação do serviço causar danos ou prejuízos à população.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Uruoca, Ceará, em 14 de junho de 2017; Edifício Chico Eudes e 60º anos de Emancipação Política.

**FRANCISCO KILSEM PESSOA AQUINO**  
**PREFEITO MUNICIPAL DE URUOCA**

**EDITAIS**

**RESULTADO FINAL – EDITAL GAB Nº. 008/2017 –**  
**SELEÇÃO DE GRUPOS JUNINOS PARA O XV FESTIVAL**  
**DE QUADRILHAS DE URUOCA - 2017**

A COMISSÃO ORGANIZADORA DO XV FESTIVAL DE QUADRILHAS DE URUOCA e o GOVERNO MUNICIPAL DE URUOCA, através da SECRETARIA DA CULTURA, TURISMO, ESPORTE, JUVENTUDE E DO DESPORTO, divulgam a listagem preliminar, com dias e horários dos grupos selecionados para apresentação no XV Festival de Quadrilhas de Uruoca.

Documento assinado digitalmente.



SEXTA-FEIRA – 14 DE JULHO DE 2017		
HORÁRIO	QUADRILHA	CIDADE
19:00h	ESPERANÇA	CAMOCIM
19h45	ARRAIÁ DAS FLORES	GRAÇA
20h30	ACARAÚ JUNINO	ACARAÚ
21h15	BRILHO DA NOITE	SANTANA DO ACARAÚ
22:00h	ESTRELA JUNINA	URUOCA

**SUPLENTE**

-	LUAR ENCANTADO	TIANGUÁ
-	PAIXÃO JUNINA	TIANGUÁ
-	ARTE JUNINA	PARAIPABA
-	BALÃO JUNINO	UBAJARA
-	EXPLOÇÃO DE SÁ	SENADOR SÁ

**SÁBADO – 15 DE JULHO DE 2017**

HORÁRIO	QUADRILHA	CIDADE
18:30h	BRILHO DA NOITE	FORQUILHA
19h15	BEIRA LIXO	CAMOCIM
20h00	FOGUEIRA DA PAIXÃO	CASCADEL
20h45	ROÇA DE MILHO	CRATEÚS
21:30h	ARRIBA SAIA	VARZEA ALEGRE
22h15	CHEIRO DE TERRA	HORIZONTE

**SUPLENTE**

-	PISA NA FULÔ	SOBRAL
-	FESTA NA ROÇA	ITAPIPOCA
-	AMOR JUNINO	MERUOCA
-	GUARADRILHA	GUARACIABA DO NORTE
-	FOGO JOVEM	ITAPIPOCA
-	LAGOA AZUL	JIOCA DE JERICOACOARA

**DOMINGO – 16 DE JULHO DE 2017**

HORÁRIO	QUADRILHA	CIDADE
19:00h	SOBRAL JUNINO	SOBRAL
19h45	ESTRELA DO LUAR	SOBRAL
20h30	FULÔ DO SERTÃO	SENADOR POMPEU
21h15	FIAPO DE TRAPO	CASCADEL
22:00h	ASA BRANCA	CAMPOS SALES

**SUPLENTE**

-	SÃO JOÃO DE IPU	IPU
-	JUNINA CEARENSE	HORIZONTE
-	FULÔ DO CAMPO	SOBRAL
-	EXPLOÇÃO JOVEM	ITAPIPOCA
-	LEVANTA POEIRA	ITAPAJÉ
-	ASA BRANCA	HIDROLÂNDIA

**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

**PORTARIAS**

**PORTARIA SDSTER Nº 15 DE 14 DE JUNHO DE 2017.**

CONSIDERANDO a necessidade de que seja efetuada viagem/deslocamento da sede de Uruoca-CE à cidade de Fortaleza-

CE, objetivando participar da Capacitação para Equipes dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, com o tema: “Orientações para ações com crianças de até 6 anos de idade com foco no desenvolvimento infantil”, que será realizada no Hotel Oasis, Av. Beira Mar, 2500 – Meireles.

CONSIDERANDO que a atribuição funcional não pode se desenvolver através de outro meio de comunicação disponível, sem necessidade de deslocamento deste agente público;

A Secretária do Desenvolvimento Social, Trabalho, Empreendedorismo e renda, no uso de suas atribuições legais e amparado no art. 1º do Decreto nº 028/2017.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora **KASSANDRA SAMPAIO DE ALBUQUERQUE**, inscrita no CPF sob o Nº 072.137.823-47, residente na rua Roberto Olímpio, Bairro Alecrim, Uruoca - CE ocupante do Cargo de Orientadora Social no Cras Ana Garcez Rocha para efetuar a viagem/deslocamento supracitada, que se realizará no período de 19 a 23 de Junho 2017.

Art. 2º Conceder a referida servidora 05 (cinco) diárias no valor unitário de R\$ 60,00 totalizando R\$ 300,00 e autorizar a Tesouraria da Prefeitura Municipal de Uruoca a efetuar o pagamento.

Art. 3º Esta despesa ocorrerá por conta da verba do orçamento vigente.

Art. 4º Esta portaria entrará em vigor e será publicada nesta data, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE.  
COMUNIQUE-SE.  
E CUMPRE-SE.

**BENEDITA PEREIRA DE OLIVEIRA**  
SECRETÁRIA DO DESENVOLVIMENTO, TRABALHO,  
EMPREENDEDORISMO E RENDA

**PORTARIA SDSTER Nº 16 DE 14 DE JUNHO DE 2017.**

CONSIDERANDO a necessidade de que seja efetuada viagem/deslocamento da sede de Uruoca-CE à cidade de Fortaleza-CE, objetivando participar da Capacitação para Equipes dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, com o tema: “Orientações para ações com crianças de até 6 anos de idade com foco no desenvolvimento infantil”, que será realizada no Hotel Oasis, Av. Beira Mar, 2500 – Meireles.

CONSIDERANDO que a atribuição funcional não pode se desenvolver através de outro meio de comunicação disponível, sem necessidade de deslocamento deste agente público;

A Secretária do Desenvolvimento Social, Trabalho, Empreendedorismo e renda, no uso de suas atribuições legais e amparado no art. 1º do Decreto nº 028/2017.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora **DALILA FONSECA FERREIRA**, inscrita no CPF sob o Nº 063.145.023.81, residente na rua Pessoa Andrade, Bairro Centro, Uruoca-CE ocupante do Cargo de Facilitadora no Cras Ana Garcez Rocha para efetuar a viagem/deslocamento supracitada, que se realizará no período de 19 a 23 de Junho 2017.







Art. 2º Conceder a referida servidora 05 (cinco) diárias no valor unitário de R\$ 60,00 totalizando R\$ 300,00 e autorizar a Tesouraria da Prefeitura Municipal de Uruoca a efetuar o pagamento.

Art. 3º Esta despesa ocorrerá por conta da verba do orçamento vigente.

Art. 4º Esta portaria entrará em vigor e será publicada nesta data, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE.  
COMUNIQUE-SE.  
E CUMPRA-SE.

**BENEDITA PEREIRA DE OLIVEIRA**  
**SECRETÁRIA DO DESENVOLVIMENTO, TRABALHO,**  
**EMPREENDEDORISMO E RENDA**

## PODER LEGISLATIVO

Não há publicações nesta edição.

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

Não há publicações nesta edição.

